

Biblioteca depositária das Nações Unidas – DL 253: uma unidade de informação para a cidadania globalizada

Angela Morel Nitschke*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, diante do processo da globalização, destaca a necessidade de conscientizar-se do conhecimento de fatos e dados do mundo, ressaltar a interligação entre os povos e a existência de entidades que se esforçam na questão de uma *identidade cidadã sem fronteiras*. Tal propósito será possível através da divulgação das publicações dessas instituições.

Para isso, a metodologia adotada foi embasamento teórico sobre informação para a cidadania globalizada, seguida da seleção das temáticas indispensáveis para conhecimento dos usuários, das diversas áreas do conhecimento, disponíveis no acervo da Biblioteca Depositária das Nações Unidas – DL 253, pois acredita-se que os usuários, de posse dessas informações, possam atuar de

forma que a cidadania seja exercida plenamente.

Seguido do estudo, tal trabalho contextualiza uma Biblioteca Depositária da ONU e seu papel junto aos usuários, a fim de que sejam informados sobre os espaços físicos da biblioteca, conheçam os tradicionais serviços oferecidos, para exporem melhor e satisfazer suas demandas no atendimento.

O fenômeno da globalização em que vivemos atualmente exige que tenhamos consciência da prática cidadã ativa, pois ser cidadão não mais se restringe ao pertencimento a um espaço físico do Estado-Nação, mas sim de um *Estado sem fronteiras*, onde todos os cidadãos têm direitos e deveres iguais.

Esses *direitos universais* são regulados e defendidos, com muita relevância, por entidades como a ONU e a União Européia, as quais ganham res-

* Bacharel em Biblioteconomia, monografia apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ex-bolsista da Biblioteca Depositária das Nações Unidas.

paldo através da divulgação de seus trabalhos. E, o reconhecimento desses trabalhos, por parte dos cidadãos, é impulsionado pela explosão informacional presenciada hoje, tanto no que se refere à quantidade de informações geradas, quanto aos recursos e mídias disponíveis, que fazem a informação ultrapassar fronteiras.

2 A INFORMAÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO

2.1 Globalização: um breve histórico

Antes de apontar a importância da informação no mundo globalizado, faz-se necessário um breve histórico sobre o processo de constituição da globalização. Para isso, têm-se alguns estudos de autores que tratam da questão. De acordo com Santos (2002), a globalização é concebida de várias perspectivas: econômica, política, cultural e social.

Do ponto de vista econômico a globalização pode ser definida como uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na globalização da produção levada a cabo pelas empresas multinacionais, gradualmente transformadas em centros da nova economia mundial. O perfil da nova economia globalizada está centrado principalmente numa economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global, em processos de produção flexíveis e multilocais, em baixos custos de transportes, em revolução nas tecnologias de informação e comunicação, na desregulação das economias nacionais e na

preeminência das agências financeiras multinacionais que abrangem a economia mundial, como a hegemonia dos EUA sobre os demais países, principalmente da América, como Canadá, México e a América Latina; o Japão sobre os países asiáticos e a Europa do Leste sobre o Norte africano, conhecidos como a Tríade: Estados Unidos, Europa e Japão. Esse cenário hegemônico agrava a desigualdade do sistema econômico dos demais países, implicando no desempenho da economia nacional, que fica obrigada a participar do contexto mundial, como abrir seus mercados ao comércio internacional, à exportação, às políticas fiscais e monetárias internacionais, à privatização e a uma restrita regulação estatal.

A globalização na perspectiva social também é influenciada pela estrutura do mercado centralizado nas grandes potências econômicas mundiais, diretamente atuante através das suas empresas multinacionais espalhadas pelo mundo inteiro, formando uma classe capitalista transnacional. Essa nova classe é composta por um ramo local e por um ramo internacional. Ambos, obviamente, partilham do interesse comum de controle social intrínsecos ao modo de produção capitalista. O ramo local, a burguesia nacional, é uma categoria socialmente ampla que envolve a elite empresarial, os diretores de empresas, os altos funcionários do Estado, líderes políticos e profissionais influentes. E, o ramo internacional, dito também como burguesia internacional, é composto pelos gestores das empresas multinacionais e pelos dirigentes das instituições financeiras internacionais.

Evidentemente, sobressaltam as referidas classes dominantes no cenário econômico nacional e internacional, em detrimento às classes minoritárias sujeitas às diretrizes impostas pelo condicionamento econômico atual. As desigualdades sociais são agravadas pela injusta distribuição de renda, conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2002:

A quantidade de crescimento necessária para reduzir a pobreza depende da desigualdade de um país – quanto mais desigual for a distribuição do rendimento, menores são os benefícios do crescimento para os pobres. [...] As provas disponíveis, muito limitadas, indicam que a desigualdade de rendimento dentro de cada país, a nível mundial, tem aumentado nos últimos 30 anos. Entre os 73 países com dados (e 80% da população mundial), 48 observaram um aumento da desigualdade desde os anos 50, 16 não experimentaram mudanças e só 9 – com apenas 4% da população mundial – viram diminuir a desigualdade. O aumento da desigualdade impediu a redução da pobreza. Assim, os esforços têm que se concentrar num crescimento mais favorável aos pobres (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2002, p. 18-20).

Na perspectiva política da globalização, destaca a influência sofrida pelo Estado diretamente afetado pelo novo cenário internacional, modulado pela nova economia mundial, remodelado para uma forma política do sistema mundial moderno, na qual o Estado-Nação perde suas forças de dominação sobre sua própria população. Apenas os Estados hoje hegemônicos, por eles

próprios ou através das instituições internacionais que controlam (multinacionais), comprimiram a autonomia política e a soberania efetiva dos Estados periféricos e semiperiféricos com uma intensidade sem precedentes, apesar de a capacidade de resistência e negociação por parte desses últimos. Assim, acentuou-se a tendência para os acordos políticos interestatais, como, por exemplo, União Européia, NAFTA, MERCOSUL.

A globalização sob a perspectiva cultural, está centrada na nova ordem de telecomunicação e interligação entre os povos dada pelo advento da Internet, através da qual se estreitam os laços e acessos de conhecimentos já existentes, assim como é instrumento de novas manifestações, diante de suas diversas possibilidades tecnológicas. Conforme Lévy (1999), vivemos o “dilúvio informacional”, capitaneado pelas telecomunicações que são de fato responsáveis por estender de uma ponta à outra do mundo as possibilidades de contato amigável, de transações contratuais, de transmissões de saber, de trocas de conhecimentos, de descoberta pacífica das diferenças, destas diferenças que estão nas novas maneiras de se fazer a música, a arte, o saber, a educação e a própria democracia, diante das possibilidades que a rede eletrônica pode oferecer. Além das manifestações artísticas, a globalização afeta a cultura pela possibilidade de diminuir as distâncias entre os povos, proporcionando o conhecimento das diversas crenças e costumes, como o reconhecimento de interesses e gostos que poderão ser compartilhados sem o empecilho da

distância geográfica, conforme (LÉVY, 1999, p.145): “Os mundos virtuais podem eventualmente ser enriquecidos e percorridos coletivamente. Tornam-se, nesse caso, um lugar de encontro e um meio de comunicação entre seus participantes.”

Percebe-se, então, que o surgimento de novos mercados financeiros afetaram as estruturas estatais, no que se refere às novas políticas de atuação, tanto no trato com a própria população, como na atuação da política estrangeira, modelando um novo perfil da cultura da sociedade em âmbito mundial, que também assume o movimento convergente de relacionamento e interação entre os povos.

Assim, a globalização implica uniformização de padrões econômicos e culturais. Lopez (2002) reforça, considerando a globalização como um fenômeno que, no Ocidente moderno, tem suas raízes na era do Renascimento e das Grandes Navegações, quando a Europa emergiu de seus casulos feudais. Com a Revolução Industrial e a liberação do Capitalismo para suas plenas possibilidades de expansão, a globalização deu um salto qualitativo e significativo.

Após a Segunda Guerra Mundial surgiram poderosas companhias multinacionais, que são o resultado de concentrações de empresas, que assumem um gigantismo enorme e atuam em diversas nações, desconhecendo, portanto, fronteiras aos seus negócios, estreitando ainda mais as relações entre os países.

Ao entrarmos nos anos 80/90, o Capitalismo, definitivamente hegemônico,

ingressou na etapa de sua total euforia, sob o rótulo de Neoliberalismo, dito também como fase de reengenharia, privatização, economia de mercado, modernidade e consagrando o termo globalização.

Entretanto, a globalização é um fenômeno de globalismo, sendo um estado do mundo envolvendo redes de interdependência multicontinentais. As ligações entre os pólos destas redes ocorrem através de fluxos e influências de capital, bens, informação, idéias, pessoas e forças, assim como substâncias biológicas ou ambientais. A interdependência a que se refere, traduz-se por situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países e atores sócio-político-econômicos dos diferentes países.

Assim, a dinâmica da globalização resulta da expansão do capital, em plano mundial, causando mudanças estruturais tanto econômicas, como sócio-culturais, através do crescimento da indústria da informação como um componente estratégico, relatado por Ianni (1996, p. 111): “No horizonte da sociedade global, são outras as condições sociais, econômicas, políticas e culturais nas quais se constitui e desenvolve o indivíduo”.

Essas mudanças estruturais, no entanto, não acontecem de forma harmônica entre os Estados, como já tratado. Uma das condições da globalização é a vantagem econômica dos Estados hegemônicos sobre os menos privilegiados, causando um disparato entre as condições de vida das respectivas populações.

E, para ser ativo no processo de globalização, tem que se ter condições de

acesso a informações do mundo de maneira fácil e rápida, possível através da conexão nas redes de informações; fato, entretanto, não praticável por todos, devido às possibilidades de acesso às referidas redes; os últimos, por conseguinte, podem ser considerados excluídos, tornando a informação uma ferramenta de inclusão e/ou exclusão.

2.2 Informação: uma ferramenta de aproximação e de exclusão

Reconstruindo o processo histórico, sabe-se que paralelamente ao início da globalização, traduzida na europeização da América, tivemos a criação da imprensa, tecnologia que permitiu ao europeu disseminar a sua civilização, e correspondeu à tecnologia que rapidamente lhe possibilitou expandir a informação.

Santos (2001), defende que essa evolução do processo histórico depende da interligação do sistema de tecnologias e da política. Em nossa época, o que é representativo do sistema de tecnologias atual é a chegada da tecnologia da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica. Essa tecnologia possibilita tanto a interligação das diversas outras tecnologias existentes, como também tem um papel fundamental sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações.

Certamente a informação contribui para o crescimento e o desenvolvimento, porque a produção e distribuição de informação são atividades econômicas;

e também, porque a aplicação do conhecimento melhora a produtividade e a qualidade de outros bens e serviços. Entretanto, sabe-se que a simples existência da informação não garante conhecimento e desenvolvimento, importando saber se o uso potencial vale mais que seu uso real e também sua disponibilidade para toda a população.

Nesse registro observa-se que, ao longo do século XX, a globalização do capital foi conduzindo à globalização da informação e dos padrões culturais e de consumo. E, é a serviço do interesse de minorias, que está a globalização da informação. Nunca o mundo foi tão informado. Mas nunca a informação foi tão direcionada e controlada. A multiplicidade estonteante de informações oculta a realidade de sua monotonia essencial – a democratização da informação é aparente. Questiona-se se a população está mais ou melhor informada?

Dantas (2002) concorda que a globalização da exclusão social ocorre simultaneamente com os grandes avanços das tecnologias eletrônicas e informáticas, geradoras da sociedade da informação. A suposta liberdade que as novas tecnologias de informação e comunicação proporciona não é acessível a todo o mundo. Há, por exemplo, menos linhas telefônicas na África negra do que só na cidade de Tóquio. Ele acrescenta que o número de computadores pessoais em todo mundo é pouco superior a 200 milhões, para uma população de 6 bilhões de pessoas, o que significa que apenas 4% dos lares do planeta têm acesso à Internet.

Assim, considerada uma mercadoria como outra qualquer, a informação ad-

quire outros valores que não aqueles como a verdade, a ética, os direitos dos cidadãos de serem corretamente informados, defendido por Rocha (2001, p. 40):

É, pois, através do conhecimento do mundo, adquirido, formal e informalmente, a partir de suas experiências e do convívio em sociedade, pelas trocas linguísticas e reconhecimento de símbolos, em um processo sistemático de formação intelectual e moral do indivíduo, que se processa a construção de sua dimensão enquanto cidadão.

Assim, a informação está disponível; entretanto não é compreendida por todos, como exemplo o comentário de Krause; através deste, percebe-se que o verdadeiro proveito pela população das fontes atuais de informação principalmente sobre o mundo “globalizado” ainda é precário:

O MERCOSUL desde 1º de janeiro de 1995 tornou-se realidade, não somente diplomática, mas também na prática das relações comerciais, [...] mas como fica a informação? E a globalização da informação? O que nós brasileiros conhecemos da cultura hispano-americana?

[...] porque o nosso desconhecimento é quase total dos valores, da cultura, da história e do momento político atual que vive a sociedade dos países integrantes do MERCOSUL.

A rapidez com que as notícias e informações são veiculadas não significa seu entendimento pela sociedade, pois, na sua maioria nada “lhes interessa” ou “lhes diz respeito”. Será que estamos trabalhando para a sociedade ou contra ela? [...] Que compromisso temos com a so-

cidade e para com a comunidade a quem devemos atender e nesse caso [...] internacional?

Não dominamos a língua espanhola, mas como faremos a globalização da comunicação e da informação (notícias, jornais, textos, livros, rádio e TV) de forma adequada e compreendida por todos? (KRAUSE, 2002, p. 1).

O acesso à informação é fundamental para o ingresso no processo da globalização. Salienta-se, entretanto, que o excesso de informação vivido hoje, não significa que existe o verdadeiro proveito dela, pois o que acontece é um domínio da disseminação, através do qual são disponibilizadas informações de conveniência restrita. Essa massificação deve ser criticada, pois urge a necessidade do conhecimento das questões que, de uma forma ou de outra, afetam toda a população; esta merece, num processo democrático, manter-se ciente, pois, diante desse dinamismo, tem-se uma visão mais ampla do conceito de cidadania, que ultrapassa as fronteiras dos Estados.

2.3 Cidadania globalizada

O cenário internacional, como já apresentado, identifica os fatores indicativos das mudanças que alteram as relações sociais, econômicas, políticas e culturais, de âmbito mundial que tiveram início principalmente após a Guerra Fria. Essas transformações apontam para uma nova ordem mundial de interligação entre os Estados, levados por interesses econômicos afins, que por consequência acarretam outros laços de relações entre os povos.

Santos (2001), propõe uma outra globalização, na qual não se visa apenas a atuação dos interesses econômicos, considerada pelo próprio autor como uma globalização perversa, mas sim uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta, utilizando as mesmas técnicas em que o grande capital se apóia para construir a globalização perversa, para servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos.

Diante da reorganização do cenário mundial, decorrente do processo de globalização, o conceito de cidadania assume novas concepções. Se antes, estava ligado ao espaço territorial do Estado-Nação; hoje, expande para as necessidades dos cidadãos em âmbito internacional, constituindo uma cidadania planetária, mais subjetiva e democrática, voltada aos interesses comuns; e, ainda, uma cidadania globalizada, voltada ao mercado, ligada à massificação e ao consumo.

Historicamente, a cidadania foi tratada como uma categoria territorial; segundo Vieira (2001), está vinculada aos direitos e obrigações do indivíduo pertencente, de forma passiva e ativa, ao Estado-Nação, com um específico nível de igualdade. Primeiramente, a cidadania era concedida a restritos grupos de elite e posteriormente estendida a uma grande porção dos residentes de um país.

Gadotti (2000), reforça que a cidadania é consciência/vivência de direi-

tos e deveres. Não há cidadania sem democracia, embora possa haver exercício não-democrático da cidadania. Complementa, fundamentando a democracia em três direitos: direitos civis (segurança e locomoção), direitos sociais (trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação, etc...) e direitos políticos (liberdade de expressão, de voto, de participação em sindicatos etc...).

Ianni (1996), compreende cidadania como soberania, que implica autoconsciência. Mas sob as condições constituídas com a formação da sociedade global, dita cidadania planetária, as possibilidades da autoconsciência ainda são precárias, limitadas. Poucos são os que dispõem de condições para se informarem e posicionarem diante dos acontecimentos mundiais, tendo em conta suas implicações locais, regionais, nacionais e continentais. Quando se criam as condições mais plenas para a elaboração da autoconsciência, no sentido de consciência para si, então a cidadania se realiza propriamente como soberania.

Diante das diversas concepções apresentadas, é de fato que se configura uma evolução da idéia de cidadania, causada pela interligação econômica e sócio-cultural em que vivemos, surgindo uma noção de cidadania *planetária*, que sustenta uma visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial, reunindo princípios, valores, atitudes e comportamentos que demonstram uma nova percepção da Terra como uma única comunidade, implicando a existência de uma democracia planetária. As tecnologias da informação e comunicação

ajudariam nesse processo, pois é através delas que se podem manter o contato entre os povos e o fluxo informacional gerado.

Ainda de acordo com Ianni (1996), diante dessa transição, confusa para o conceito de cidadania, o que predomina são populações ou coletividades nacionais, dispersas em grupos, etnias, minorias, classes, regiões, culturas, religiões, seitas, línguas, dialetos, tradições culturais, todos membros de uma estranha aldeia global. Articulados pela camada da sociedade considerada hegemônica, centros decisórios desterritorializados, recebendo aproximadamente as mesmas mensagens em todos os lugares, informando-se mais ou menos nos mesmos termos, sendo levados a pensar os problemas cotidianos, locais, regionais, nacionais, continentais e mundiais em forma mais ou menos homogênea.

3 A BUSCA DA INFORMAÇÃO POR PARTE DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS

Existem entidades que trabalham com as relações internacionais, visando a reciprocidade das questões dos grupos e do indivíduo, visando o conhecimento e o entendimento de dados e fatos do mundo, para que sejam levados como problemas comuns, para exemplificar esse trabalho, tem-se a Organização das Nações Unidas (ONU). Assim como relata Offe *apud* Baptista¹ sobre os problemas que não

mais devem ser resolvidos apenas pelo Estado:

Os problemas de um país não vão ser resolvidos apenas pela ação do Estado ou do mercado. É preciso um novo pacto, que ressalve o dever do Estado de dar condições básicas de cidadania, garanta a liberdade do mercado e da competição econômica e, para evitar o conflito entre esses dois interesses, permita a influência de entidades comunitárias (OFFE *apud* BAPTISTA, 2001, p. 41).

Na perspectiva de Rocha (2000), as pessoas, cada vez mais, no mundo inteiro, em resposta ao conjunto único de condições históricas, culturais, econômicas e políticas de cada sociedade, estão engajadas na melhoria da qualidade de suas vidas, referente à autodeterminação, crescimento econômico, respeito ao meio ambiente, melhores condições de saúde, entre outras. A partir de novas abordagens desses problemas globais, na busca de novos equilíbrios na distribuição de recursos, na renovação da organização social, estão moldando uma economia global baseada em um processo de desenvolvimento sustentável e que, desejamos, leve-nos em direção a uma sociedade mais justa e solidária.

Porém, sabe-se que vivemos um mundo de contrastes cada vez mais acentuados, porque o acesso aos benefícios da globalização ainda se restringe a uma gama seleta da sociedade. E, diante desse cenário, surgem entidades, como a Organização das Nações Uni-

1 BAPTISTA, Dulce Maria. A Busca da Informação por Parte de Entidades Representativas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 16-19, maio/ago. 2001.

das, que se preocupam em amenizar as desigualdades, como referencia Morin (2002), questionando se esse não seria o verdadeiro papel da ONU, através de atividades voltadas para a geração e divulgação dos trabalhos de interesse de todos os povos, viabilizando e fortalecendo o sentido de cidadania globalizada.

A informação é ferramenta fundamental na atuação dinâmica das organizações, de acordo com Baptista (2001), para as entidades representativas, se constitui recurso estratégico através do qual irá exercer sua influência. Não é, portanto, algo preexistente e gratuito, mas um recurso com que se precisa contar para atender objetivos institucionais estabelecidos. Por isso, é também, sobretudo, algo a ser gerenciado em proveito da organização.

Dessa forma, não se pode acreditar em uma sociedade informacional plena, pois embora todos sofram as consequências dos avanços tecnológicos do processo de globalização, uma parcela significativa da população mundial não tem condições de fazer-se sujeito nesse processo e o acesso à informação ainda é algo restrito, um instrumento de dominação e não de emancipação para toda a sociedade. Com o intuito de diminuir essas diferenças manifestam-se as entidades representativas, como as Nações Unidas, trabalhando

em prol de uma sociedade igualitária, contando com a conscientização da urgência de solidariedade entre os povos.

3.1 Organização das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas foi consagrada em outubro do ano de 1945 com o objetivo fundamental de manter a paz e a segurança internacionais através da cooperação de seus países-membros.

O direito de tornar-se membro das Nações Unidas cabe a todas as nações amantes da paz que aceitarem os compromissos da Carta e que, a critério da Organização, estiverem aptas e dispostas a cumprir tais obrigações.

O preâmbulo da Carta das Nações Unidas² expressa os ideais e os propósitos comuns dos povos cujos governos se uniram para constituir as Nações Unidas. A sede na ONU é na cidade de Nova York.

A Organização das Nações Unidas possui seis principais órgãos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho de Segurança;
- c) Conselho Econômico e Social;
- d) Conselho de Tutela;
- e) Corte Internacional de Justiça; e
- f) Secretariado.

Existem ainda os organismos subsidiários, que são aqueles criados por seus

2 Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a PRESERVAR as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes no espaço de nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a REAFIRMAR a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, a ESTABELEECER condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos e a PROMOVER o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla.

órgãos, e outros organismos especializados coordenados pela ONU.

3.2 Comitê de Informações das Nações Unidas

Seguindo os objetivos do presente trabalho, de verificar que tipo de informações as Nações Unidas produz e dissemina, identificar as principais publicações de cada área do conhecimento contempladas pela ONU, exploraremos o Comitê de Informações das Nações Unidas, para exemplificar a dinâmica do fluxo informacional da instituição.

O complexo sistema organizacional das Nações Unidas, composto de vários órgãos subsidiários, diretamente controlados ou não pela instituição maior, muitas informações são produzidas, que devem circular tanto dentro da própria organização, quanto informações de interesse geral, que merecem disseminação mais ampla, a fim de que sejam divulgados os trabalhos realizados pela instituição e pelos referidos órgãos.

Para que o fluxo de informações geradas por toda a organização aconteça de maneira mais abrangente, as Nações Unidas criaram o Comitê de Informações, órgão responsável por examinar as atividades e políticas de disseminação de suas informações públicas.

Conforme Naciones Unidas (2002a), o Comitê de Informações, foi aprovado numa reunião da Assembleia Geral, em seu trigésimo quarto período de sessão, estabelecido em conformidade com a Resolução 33/115C da Assembleia de 18 de dezembro de 1978, ampliando sua composição primeiramente de 41 países membros

para 66 membros. Um ano mais tarde, no parágrafo 2º da seção I de sua Resolução 34/182, de 18 de dezembro de 1979, a Assembleia Geral encarregou o Comitê de Informações a:

- a) Que prosiga el examen de las políticas y actividades de información pública de las Naciones Unidas a la luz de la evolución de las relaciones internacionales, especialmente en los dos últimos decenios, y de los imperativos del establecimiento del nuevo orden económico internacional y de nuevo orden mundial de la información y la comunicación;
- b) Que evalúe y complemente los esfuerzos realizados y los progresos logrados por el sistema de las Naciones Unidas en la esfera de la información y la comunicación;
- c) Que promueva el establecimiento de un nuevo orden mundial de la información y de la comunicación, más justo y eficaz, destinado a fortalecer la paz y la comprensión internacional y basado en la libre circulación de las informaciones y en su difusión más amplia y mejor equilibrada, y que formule recomendaciones al respecto a la Asamblea General [...] (NACIONES UNIDAS, p.1, 2002).

Diante do excelente trabalho realizado pelo Comitê de Informações das Nações Unidas, reconhecido pelo Secretário Geral em Assembleia Geral, através da apresentação de relatórios em seus períodos de sessões, foi concedido o aumento de Estados membros do Comitê, ampliando a atuação das atividades da instituição, atingindo um número cada vez maior de pessoas em todo o mundo. Hoje, o Comitê está integrado por 97 países membros.

Ainda, para reduzir as disparidades entre as correntes informacionais em

todos os níveis, principalmente para aumentar a assistência do desenvolvimento das infraestruturas de comunicação dos países em desenvolvimento, tem-se a Resolução da Assembleia Geral A/45/76, aprovada na 65ª Sessão Plenária, em 11 de dezembro de 1990, que convida os países membros das Nações Unidas, assim como os demais Estados, a reafirmarem o compromisso com os princípios da Carta das Nações Unidas e com os princípios de liberdade de imprensa e de liberdade de informação, a conscientizar-se e participar da nova ordem da informação e comunicação, considerando como em processo contínuo e solidário entre os povos.

3.3 Centros de Informação das Nações Unidas

3.3.1 Panorama geral

A rede de Centros de Informação das Nações Unidas, Serviços de Informação das Nações Unidas e Oficinas das Nações Unidas são unidades responsáveis por aproximarem a sede da instituição aos povos do mundo. Espalhadas por todo o mundo, essas unidades, auxiliam o Comitê de Informação Pública das Nações Unidas, ajudando as comunidades locais a obter informações atualizadas sobre as Nações Unidas e as atividades que realizam para melhorar suas vidas.

Os Centros de Informação, de acordo com Naciones Unidas (2002d), trabalham em colaboração com os membros da sociedade civil que participam ativamente em atividades sobre temas

de interesses para as Nações Unidas. As organizações não-governamentais recorrem aos Centros de Informação para obter ajuda na organização de seminários, exposições e acontecimentos comemorativos em esferas de grande importância, como os direitos humanos, a educação, o meio ambiente, a prevenção do uso indevido de drogas e a atenção da saúde. Os Centros de Informação contam com profissionais de informação que são sensíveis às preocupações de suas comunidades locais, assumindo a posição de agentes catalizadores que congregam as pessoas a fim de abordar os problemas mais difíceis do mundo.

3.3.2 Materiais de informação

Os serviços prestados pelos Centros de Informação das Nações Unidas ao público abrangem desde a atenção das consultas de interesse geral sobre as Nações Unidas e seus órgãos subsidiários até a organização de acontecimentos em comemoração de dias especiais das Nações Unidas.

Muitos jornalistas, pesquisadores, educadores e organizações não governamentais recorrem aos Centros de Informação para obter os últimos materiais de informação das Nações Unidas em idiomas locais. Nesses centros são encontrados materiais traduzidos em mais de 80 idiomas, entre eles várias línguas indígenas.

Os Centros de Informação produzem seus próprios Boletins Informativos e publicações que divulgam os últimos informes do Secretário Geral das Nações Unidas, notícias da Assembleia

Geral ou do Conselho de Segurança e demais informações sobre questões mundiais, como o desenvolvimento humano, a população, a saúde e o tráfico de drogas. Ainda, alguns desses Centros de Informação distribuem seus boletins informativos por meios eletrônicos.

Além da página disponível na web da sede das Nações Unidas em Nova York, 40 Centros de Informações também criaram suas próprias páginas na Internet em seus idiomas locais. O Centro de Informação das Nações Unidas brasileiro existe desde de julho de 1948, localizado no Rio de Janeiro, no endereço a seguir, e pode ser contatado pelo seu endereço eletrônico <http://www.infounic@unicrio.org.br>

Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil (UNIC)
Palácio Itamaraty – Centro
Av. Marechal Floriano, 196
Rio de Janeiro/RJ – CEP 20080-002

Para alcançar um público ainda mais amplo, os Centros de Informação das Nações Unidas estão em contato diário com os centros jornalísticos locais e nacionais.

3.4 Bibliotecas de Referência

Os Centros de Informações das Nações Unidas são munidos de Bibliotecas de Referência que reúnem um acervo diversificado sobre a estrutura e as atividades das Nações Unidas, onde é permitido o acesso do público a uma coleção ampla de publicações, informes e registros oficiais das Nações Unidas. Além do material impresso, as

bibliotecas também possuem uma coleção de fitas e vídeos e, ao estarem equipados com tecnologia moderna de comunicação, como os CD-ROMs, a Internet e o Correio Eletrônico, também podem obter documentação da sede da ONU por meios eletrônicos.

As Bibliotecas de Referência dos Centros de Informação das Nações Unidas podem não estar necessariamente junto ao espaço físico dos centros, estando espalhadas por todo mundo sob a denominação de Bibliotecas Depositárias das Nações Unidas.

3.5 Bibliotecas Depositárias das Nações Unidas

As Bibliotecas Depositárias das Nações Unidas ficam com a custódia das publicações da ONU, na condição de disseminá-las aos usuários, previamente acordada com a instituição maior, conforme o conceito de depósito do Dicionário de Terminologia Arquivística:

Mudança de custódia de documentos, a título precário, sujeita a condições previamente acordadas, normalmente quanto à sua comunicabilidade. A documentação depositada fica sob custódia de outra entidade, mas não de proprietário (DICIONÁRIO..., 1993, p. 31).

3.5.1 Objetivos gerais

A fim de que se possa dispor de seus documentos e publicações em todo o mundo, as Nações Unidas mantêm um sistema de bibliotecas depositárias, às quais se enviam esses documentos e publicações de acordo com as condições de depósito.

3.5.2 Autoridade para designar as Bibliotecas Depositárias das Nações Unidas

Cabe à Junta de Publicações das Nações Unidas designar as bibliotecas depositárias de acordo com as recomendações do diretor da Divisão de Biblioteca e Publicação do Departamento de Informação Pública da Sede das Nações Unidas. Ao decidir, a Junta avalia as opiniões dos países interessados em possuir uma biblioteca depositária e dos departamentos ou escritórios da Secretaria das Nações Unidas. O Diretor da Divisão de Biblioteca e Publicação do Departamento de Informação Pública manterá constante contato com as bibliotecas depositárias, para informar a respeito da Junta de Publicações e dos demais departamentos ou escritórios da Secretaria que estão interessados.

3.5.3 Critérios e condições para possuir uma Biblioteca Depositária

Todos os Estados membros, os Estados que não são membros, assim como os territórios não autônomos têm o direito a uma Biblioteca Depositária gratuita; normalmente, a biblioteca nacional ou outra biblioteca importante de pesquisa situada na capital do país. Ainda, quando a biblioteca nacional do parlamento é aberta ao público, também terá direito a receber as publicações gratuitamente.

Além do direito que os Estados têm de receber gratuitamente as publicações das Nações Unidas, existem unidades que manifestam o interesse diante da ONU para possuir uma biblioteca depositária. Para esses casos, a partir de ja-

neiro de 1975, cobra-se uma contribuição anual para atender os gastos de manutenção do sistema. A taxa diverge entre a categoria do país solicitante: para países em desenvolvimento é cobrada uma taxa de US\$ 200 por ano, para depósito parcial e US\$ 300 por ano, para depósito total; para os países desenvolvidos a taxa é mais elevada, sendo de US\$ 900 por ano, para depósito parcial e US\$ 1.400 por ano, para depósito total. Entretanto, apesar dessa taxa de manutenção, é considerado o uso que terão os documentos e publicações da ONU, o interesse e a demanda manifestados, o nível de desenvolvimento das instituições de educação superior e das bibliotecas, a extensão territorial e população dos países interessados e a distribuição geográfica geral das outras bibliotecas depositárias das Nações Unidas. Geralmente não se designa mais de uma biblioteca depositária por cidade.

As Nações Unidas verificam regularmente o cumprimento das condições de depósito mediante questionário ou visitas às unidades. Os questionários são remetidos a cada dois anos, no mês de fevereiro. Todas as bibliotecas depositárias devem responder e devolver o questionário sem demora. Do contrário, a distribuição dos documentos será suspensa. É de responsabilidade do Centro de Informação das Nações Unidas e das Bibliotecas do Sistema das Nações Unidas organizar visitas periódicas de seus profissionais às bibliotecas depositárias. A Junta de Publicações reserva-se o direito de retirar a designação de depositária ou de transferir a outra biblioteca da mesma região quando não se está cumprindo satisfatoriamente as condi-

ções de depósito. O contrário também é possível, de uma unidade depositária apresentar o interesse de mudar sua categoria de depósito, transferir o acervo para outra unidade da mesma região ou solicitar saída do sistema, estando sujeita à avaliação e aprovação da Junta de Publicações das Nações Unidas.

Assim que é fechado o contrato do depósito, a unidade receberá automaticamente, segundo suas necessidades, todas as publicações no idioma determinado no contrato, pois, normalmente, se terá o direito a receber em apenas um idioma oficial das Nações Unidas.

3.5.4 Distribuição dos documentos das Nações Unidas às Bibliotecas Depositárias

A distribuição dos documentos a todas as bibliotecas depositárias é feita pela Seção de Distribuição do Escritório de Serviços de Conferência e de Apoio da sede das Nações Unidas, pela Seção de Distribuição e Vendas do Escritório das Nações Unidas em Genebra, pelos serviços de distribuição de documentos do Centro Internacional de Viena, pela Dependência de Reprodução e Distribuição de Documentação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo serviço de distribuição de documentos do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat), em Nairóbi. As comissões regionais distri-

buem seus próprios documentos às bibliotecas depositárias de suas regiões respectivas, assim como o Departamento de Informação Pública também dispõe da distribuição do material publicado pelos Centros de Informação das Nações Unidas às bibliotecas depositárias de suas respectivas regiões.

As bibliotecas depositárias podem apresentar reclamações junto às Nações Unidas referentes ao material que não recebem e que teriam direito de receber mediante o contrato.

3.5.5 Tipos de publicações

As publicações das Nações Unidas se distinguem pelo tipo de distribuição. Existem as publicações de categoria *geral*, destinadas ao maior público de leitores, sendo estas as publicações enviadas às bibliotecas depositárias; existem também as publicações de categorias *limitada* e *reservada*; ambas são destinadas ao público mais restrito, direcionadas a interesses confidenciais da entidade maior das Nações Unidas e/ou seus órgãos subsidiários, portanto essas não são encaminhadas às bibliotecas depositárias.

Assim, bibliotecas depositárias têm o direito a receber, mediante distribuição automática, segundo suas necessidades e o tipo de depósito, os materiais publicados dentro da categoria de distribuição geral, no idioma que exija a biblioteca depositária (espanhol, francês ou inglês).³

3 Nem todas as publicações são editadas em alemão, árabe, chinês e russo. Portanto, as bibliotecas depositárias situadas em lugares em que o idioma oficial seja o alemão, o árabe, o chinês ou o russo podem escolher o espanhol, o francês ou o inglês como idioma de depósito, porém receberão também um exemplar de cada publicação disponível em seu idioma nacional.

3.5.6 *Categorias de depósito*

As Bibliotecas Depositárias das Nações Unidas podem ser de diferentes categorias, conforme o tipo e o volume de publicações que são enviadas. Existem as bibliotecas de depósito *parcial* e de depósito *completo*; estas possuem o acervo mais completo do que aquelas.

As bibliotecas de acervo parcial têm o direito de receber os seguintes materiais:

- a) Documentos oficiais dos órgãos principais das Nações Unidas;
- b) Publicações disponíveis para venda pelas Nações Unidas;
- c) Publicações periódicas que podem ser adquiridas por requisição, diretamente à ONU;
- d) Série de tratados das Nações Unidas.

As bibliotecas de depósito completo que, a juízo da Junta de Publicações das Nações Unidas, devem receber um maior volume de materiais, receberão, além dos materiais destinados para as bibliotecas de depósito parcial, os demais documentos e publicações das Nações Unidas de distribuição geral, desde que publicados na língua oficial eleita pela unidade depositária.

Apesar da classificação de depósito destinada à unidade de interesse, esta pode escolher os materiais que deseja receber, independente da categoria em que se enquadra (depósito parcial ou depósito completo), desde que esses materiais estejam disponíveis dentro da referida categoria. A biblioteca depositária pode eleger os

documentos no momento do contrato, assim como em qualquer outro momento posterior. Entretanto, não se pode fazer escolha por assunto, que leve a receber apenas alguns fascículos de séries distintas, pois o propósito é enviar coleções completas às unidades depositárias.

Além do material existente nas bibliotecas, existe uma relação de endereços eletrônicos da própria ONU e de seus órgãos subsidiários de livre acesso pela Internet; sendo restrito às bibliotecas de depósito completo somente o acesso ao Sistema de Documentos Oficiais das Nações Unidas (ODS), no qual pode-se recuperar a coleção de Documentos Oficiais da ONU, para essas unidades são fornecidas senhas.

Todas as bibliotecas depositárias assim designadas têm a obrigação de pôr o material que recebem aos cuidados de profissionais bibliotecários, sob a obrigação de mantê-lo em bom estado, disponível ao público gratuitamente e a unidade deve atender em horas de funcionamento convenientes. Igualmente, é esperado do profissional, empenho e dedicação para a divulgação e facilitação no acesso às publicações recebidas, que façam empréstimo interbibliotecas, aumentando ainda mais o campo de acesso às publicações da instituição para usuários impossibilitados de virem à unidade.

4 BIBLIOTECA DEPOSITÁRIA DAS NAÇÕES UNIDAS – DL 253

A Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é,

desde 1969, concessionária de uma das 405 Bibliotecas Depositárias das Nações Unidas, existentes em vários países. A Biblioteca Depositária das Nações Unidas da Faculdade de Direito da UFRGS é a única existente no Rio Grande do Sul. No Brasil existem mais cinco Bibliotecas Depositárias das Nações Unidas, localizadas em Brasília, Florianópolis, Salvador, São Paulo e Viçosa.

O endereço completo da Biblioteca Depositária das Nações Unidas – DL 253 é:

FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS
Biblioteca Depositária das Nações Unidas – DL 253
Av. João Pessoa, n. 80 – térreo
Centro – Porto Alegre/RS – 90040-000

4.1 Objetivo

O objetivo precípuo da Biblioteca Depositária das Nações Unidas – DL 253 é o de divulgar o material sobre os fins, princípios e atividades das Nações Unidas, possibilitando o acesso a documentos e publicações a todos os povos de forma igualitária.

4.2 Espaço físico

O espaço físico da Biblioteca é composto pelo setor de atendimento, no qual também se desenvolve o processamento técnico; espaço para leitura; espaço para consulta aos computadores e uma sala individual, destinada a trabalhos em grupo e a aulas, ministradas pelos professores da Faculdade e Programas de Pós-Graduação de Direito da UFRGS.

4.3 Usuários

A Biblioteca Depositária das Nações Unidas – DL 253 tem como usuários todos os membros da comunidade acadêmica, alunos de todas as universidades e faculdades do Estado e comunidade em geral.

4.4 Serviços oferecidos

Os serviços oferecidos pela biblioteca são basicamente os seguintes:

a) O acervo da Biblioteca é aberto em sua totalidade ao público em geral, para consulta local;

b) É facultado o empréstimo domiciliar a professores, estudantes e funcionários da UFRGS;

c) É possível a renovação dos documentos, na Biblioteca, por telefone, (0XX 51) 3316-3472 ou por e-mail, bibonu@ufrgs.br;

d) A Biblioteca disponibiliza aos consulentes o uso de computadores para a consulta pela *web*;

e) A pesquisa pode ser solicitada, na Biblioteca, por telefone, ou por e-mail;

f) As bibliotecas da UFRGS possuem catálogo *on line*: <http://obelix.ufrgs.br:4505/ALEPH>.

4.5 Categoria de depósito

Conforme a classificação das Nações Unidas, o acervo da Biblioteca Depositária das Nações Unidas – DL 253, é considerado um depósito completo, tendo o direito de receber o maior volume de documentos destinados a este tipo de unidade de depósito.

4.6 Acervo

O acervo da Biblioteca Depositária das Nações Unidas – DL 253 é único, diversificado e atualizado. Conta com assuntos que abrangem as mais diferentes áreas do conhecimento, tais como Economia, Estatística Social em âmbito mundial, Meio Ambiente, Comércio, Transferência de Tecnologia, Transportes, Direito Internacional, Direitos Humanos, Demografia e Problemas Sociais.

Entre as obras da biblioteca não se encontram apenas publicações das Nações Unidas, pois esta unidade também é centro de referência da União Européia, sendo recebedora de parte dos documentos, assim como tem acesso a bases de dados, da referida entidade. Além da ONU e da União Européia, outras entidades também doam suas obras para que sejam disponibilizadas aos usuários.

Para contemplar as áreas do conhecimento supramencionadas existem obras que merecem destaque, pois trazem, com muita propriedade e consistência, informações relevantes, que poderiam ser de grande utilidade aos pesquisadores e à comunidade em geral, principalmente no que se refere às questões de âmbito mundial.

As temáticas escolhidas para exemplificar a importância do acervo da Biblioteca Depositária das Nações Unidas – DL 253, atendem às questões discutidas atualmente sobre as consequências do fenômeno da globalização da economia que atinge o restante das manifestações humanas por todo o mundo, tipo de informações essas fun-

damentais para que se concretize a cidadania globalizada.

Entre as consequências da globalização destaca-se o incremento da interdisciplinaridade do conhecimento, gerado pela relação íntima e indissociável das ações e reações das diversas atividades do homem, implicando um estudo em conjunto das Ciências Sociais, Ciências Naturais e Ciências Aplicadas e Tecnológicas.

Como efeito da globalização, no âmbito das Ciências Sociais, destacam as *Relações Internacionais* como manifestações primárias para a concreta integração entre os grandes mercados econômicos e entre os povos, por conseguinte surgem o *Direito Internacional*, para regular as relações entre os países, os *Direitos Humanos* universais, que se referem diretamente ao cidadão, buscando igualdade e justiça diante de todos, independente de raça, cor e crença; e, através do conhecimento dos índices de *Desenvolvimento Humano*, se tem idéia de como a população mundial encara a nova ordem econômica, sabendo-se da evolução da fome, da saúde e da educação em todo o mundo.

Paralelamente ao avanço das relações econômicas entre os países, evoluem os estudos e investimentos nas Ciências Aplicadas e Tecnológicas; na *Agricultura*, destaca-se o surgimento dos alimentos transgênicos. O aumento da produção e o deslocamento das pessoas implicam a ampliação no setor de *Transportes*, que devem ser fiscalizados diante das normas de segurança de traslado. Os avanços dos estudos das Ciências Aplicadas e Tecnológicas são protegidos através das leis que re-

gulam a atividade de *Transferência de Tecnologia*, visando tanto ao progresso das empresas da negociação, como ao desenvolvimento econômico dos países.

Não somente as Ciências Sociais e as Ciências Aplicadas e Tecnológicas, voltadas diretamente para o homem, merecem destaque, pois urge uma atenção às Ciências Naturais, porque o meio ambiente é vítima do desenvolvimento econômico e está vivendo no limite de suas reservas, devido à exploração indiscriminada da fauna, da flora e de minerais, em detrimento da tecnologia. Os estudos de *Ecologia* mostram o ecossistema desequilibrado, no qual o avanço da população e a liberação de gases sobre a Terra causam eliminação de espécies cada vez mais raras, e a prática de uma agricultura não planejada, acarreta o esgotamento do solo. Diante dessa constatação, surge a idéia do *Desenvolvimento Sustentável*, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, ao fim da pobreza no mundo.

Tais temáticas são encontradas no acervo da Biblioteca Depositária das Nações Unidas – DL 253 tanto em livros, periódicos ou folhetos. Para concretizar o estudo, demonstram-se algumas publicações separadas pelas grandes áreas das Ciências Sociais, Ciências Aplicadas e Tecnológicas e Ciências Naturais.

5 CONCLUSÃO

A partir das considerações feitas no decorrer deste trabalho, percebe-se que a dimensão econômica é grande agente

monopolizador dos Estados. A globalização e a liberalização dos mercados transformam e desestabilizam os Estados nacionais. Conseqüentemente a sociedade sofre mudanças estruturais, no que tange aos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, ainda antes não identificados pelo processo histórico.

A pirâmide estrutural da sociedade fica mais acentuada, com a base cada vez maior, incrementada pelo aumento das desigualdades agravadas pelas conseqüências da nova ordem econômica mundial, que destina os ganhos às classes capitalistas, tanto no âmbito local como mundial, encontradas no topo da pirâmide.

A cultura também é diretamente atingida pelo processo da globalização, pois a cultura local perde força pelo contato com as outras formas de manifestações, espalhadas pelo mundo através das multinacionais dos países hegemônicos e pelo avanço tecnológico da informação, que estreita os laços entre os povos.

Assim, a expansão da globalização, que estreita as relações entre os povos, dilui as fronteiras entre os Estados e aproxima os mercados e as culturas, é possível graças à massificação da informação, que circula por redes locais e internacionais interligadas, possibilitando o acesso em qualquer momento e lugar. Castells (1999) defende que a inclusão/exclusão em redes e a arquitetura das relações entre redes, possibilitadas por tecnologias da informação que operam à velocidade da luz, configuram os processos e funções predominantes em nossas sociedades.

Por conseguinte, o novo cenário da sociedade, configurado pela globalização, modifica o conceito de cidadania, antes vinculado ao Estado-Nação, hoje ampliado ao cenário mundial, surgindo uma concepção de *cidadania globalizada*, praticável também pelo acesso à informação. Assim, no contexto das práticas sociais, a informação é um elemento de fundamental importância, pois é por meio do intercâmbio informacional que os cidadãos se comunicam e tomam conhecimento de seus direitos e deveres e, a partir deste momento, tomam decisões sobre suas vidas, seja de forma individual, seja de forma coletiva.

Considera-se então, que a construção da cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso de informação, pois tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres, dependendo da ampla disseminação e circulação da informação, possibilitando um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa.

Quéau (2001) também ressalta que o acesso à informação torna-se um fator chave na luta contra a pobreza, a ignorância e a exclusão social. Por essa razão não se pode deixar apenas nas mãos das forças do mercado o cuidado de regular o acesso aos conteúdos das redes informacionais. Pois são esses conteúdos que vão tornar-se o desafio fundamental do desenvolvimento humano.

Para viabilizar o acesso à informação por um público ainda mais significativo, existem entidades representativas que, além de trabalharem para o bem-estar social no âmbito mundial, também produzem informações úteis para uma sociedade mais justa e solidária, fomentando a prática da cidadania globalizada. Como exemplo do presente trabalho apresentou-se as Nações Unidas.

O complexo e dinâmico sistema de órgãos das Nações Unidas é responsável pela atuação da entidade maior nas diversas questões mundiais, visando amenizar as desigualdades, através da segurança e da paz entre os povos. A disseminação dos documentos desses órgãos é de responsabilidade do Centro de Informações das Nações Unidas, representado pelas Bibliotecas Depositárias das Nações Unidas espalhadas por todo o mundo.

Cabe às Bibliotecas Depositárias das Nações Unidas receber e tratar as publicações da ONU de forma que as tornem acessíveis gratuitamente a um número de usuários cada vez maior. Pois acredita-se que o conteúdo das publicações da ONU é de suma importância para a humanidade, no que diz respeito ao fenômeno de mundialização da sociedade, discutido atualmente. Para isso, sugere-se um trabalho educativo de divulgação dessas unidades e publicações que possuem, podendo ser aplicado na Biblioteca Depositária das Nações – DL 253, sediada na Faculdade de Direito da UFRGS, em Porto Alegre.

A escolha do acervo da Biblioteca Depositária das Nações Unidas – DL

253, como suporte para o conhecimento das questões mundiais, se dá graças às informações das publicações contempladas por essa biblioteca, de interesse de todos os povos, uma vez que são temáticas que estão na pauta de importantes movimentos sociais, como por exemplo as três edições do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre.

Outro ponto necessário de ser pensado é de reforçar a idéia de estabelecer estratégias em defesa dos direitos dos usuários, sugerindo o desenvolvimento de projetos informacionais para a sociedade, com base no acesso igualitário e a criação de sistemas simplificados e interativos, em que as pessoas tenham acesso a informações fundamentais para seu desenvolvimento pessoal e social.

Em uma sociedade globalizada o acesso e o uso das informações são de fundamental importância para a construção do cidadão globalizado; entretanto não basta para que essa cidadania se concretize. As informações são necessárias, porém o radical da palavra informação *informare* precisa se integrar efetivamente em *ação* para transformar-se em informação, pois somente através da ação e da prática cidadã é possível que os homens se compreendam e façam um mundo mais justo e humano.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia. Observatório da Cidadania: monitorando as políticas públicas em âmbito global. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 2, p. 139-145, maio/ago. 1999.

ARAUJO, Eliany Alvarenga de. A Construção Social da Informação: dinâmica e contextos. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, v. 2, n. 5, art. 3, out. 2001. Disponível em: <http://www.dgz.com.br>. Acesso em: jul. 2002.

_____. Informação, Sociedade e Cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 2, p. 155-167, maio/ago. 1999.

ATAÍDE, Maria Elza Miranda. O Lado Perverso da Globalização na Sociedade da Informação. *Ciência da Informação*, v. 26, n. 3, p. 268-270, set.dez. 1997.

AUN, Marta Pinheiro. A Construção de Políticas Nacional e Supranacional de Informação: desafio dos Estados nacionais e blocos regionais. *Ciência da Informação*, v. 28, n. 2, p. 115-123, maio/ago. 1999.

BAPTISTA, Dulce Maria. A Busca da Informação por Parte de Entidades Representativas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 16-19, maio/ago. 2001.

BARBALET, J. M. *A Cidadania*. Lisboa: Estampa, 1989. p. 11-24.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. I.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Informação, Trabalho e Tempo Livre: políticas de informação para o século XXI. *Ciência da Informação*, v. 28, n. 2, p. 136-138, maio/ago. 1999.

DANTAS, Audálio. Globalização Econômica e Manipulação da Informação. Desenvolvido por Movimento Humanismo e Movimento. Disponível em: <http://www.mhd.org/artigos/>

- audalio_globalizacao.html. Acesso em 15 ago. 2002.
- DELMAS-MARTY, Mireille. Acesso Humanidade em Termos Jurídicos. In: MORAN, Edgar. *A Religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001. cap. 8. p. 257-266.
- DICIONÁRIO de Terminologia Arquivística. Lisboa: Inst. Da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. p. 31.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- FUNDAÇÃO EUROPÉIA PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO. *A Prestação de Informação sobre os Serviços Sociais: questões, problemas e práticas na informação dos consumidores de serviços públicos*. Luxemburgo: A Fundação, 1989.
- GADOTTI, Moacir. Cidadania planetária: pontos para reflexão. In: _____. *Perspectivas Atuais da Educação*. Porto Alegre: Artmed, 2000. cap. 5. p.75-82.
- IANNI, Octavio. *A Sociedade Global*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- _____. *Teoria da Globalização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- JARDIM, José Maria. Capacidade Governativa, Informação e Governo Eletrônico. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, v. 1, n. 5, art. 1, out. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.com.br>. Acesso em: jul. 2002.
- KRAUSE, Angela Alice Novelli. O MERCOSUL e a Globalização da Informação. *Informação*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, dez. 1997. Desenvolvido pelo Centro de Estudantes de Biblioteconomia da UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cebi/dez97/mercotel.html>. Acesso em: 12 ago. 2002.
- LEFORT, Claude. O Direito Internacional, os Direitos do Homem e a Ação Política. *Tempo Social*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-10, maio 2000.
- LEGEY, Liz-Rejane; ALBAGLI, Sarita. Construindo a Sociedade da Informação no Brasil: uma nova agenda. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, v. 1, n. 5, art. 2, out. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.com.br>. Acesso em: jul. 2002.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *Globalização: a história interativa*. In: FOLHA da História. Desenvolvido pela Empresa Jornalística Folha da História. Disponível em: http://www.folhadahistoria.hpg.ig.com.br/indice.geral_opi-niao.lrlopez.html. Acesso em: 12 ago. 2002.
- MÂNICA, Eliseu. Algumas Reflexões para uma Cidadania Instituinte e Planetária. *Direito e Justiça: reflexões sócio-jurídicas*, Santo Ângelo, v. 1, n. 1, p. 89-113, abr./2002.
- MAURIZI, Maria Rosa. El Acceso a la Información Pública: un derecho de los ciudadanos y una obligación del Estado: El caso chileno. *Magazine*, n. 21, sep. 2001. Disponível em: <file://C:\Meus documentos\El acceso a la inform.pública - Chile - DHIAL.htm>. Acesso em: 08 out. 2001.
- MENDES, António Marques. *A Globalização*. Disponível em: <http://www.causaliberal.org/documentosAMM/globalizacao.html>. Acesso em: 15 ago. 2002.
- MENOU, Michel J. Cultura, Informação e Educação de Profissionais de Infor-

- mação nos Países em Desenvolvimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 298-304, set./dez. 1996.
- MIRANDA, Antonio Lisboa Carvalho de, et al. Os Conteúdos e a Sociedade da Informação no Brasil. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, v. 1, n. 5, art. 3, out. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.com.br>. Acesso em: jul. 2002.
- MIRANDA, Antonio Lisboa Carvalho de. Globalización y Sistemas de Información: nuevos paradigmas y nuevos desafíos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 308-313, set./dez. 1996.
- MORIN, Edgar. *Os Setes Saberes Necessários para a Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.
- NACIONES UNIDAS. Comité de Información. *Informe sobre el 24. Período de Sesiones (22 de abril a 2 de mayo de 2002)*. Nueva York: Naciones Unidas: 2002.
- _____. *Instrucciones para las Bibliotecas que Reciben Documentos y Publicaciones de las Naciones Unidas*. In: Biblioteca de las Naciones Unidas Dag Hammarskjöld. Desenvolvido pelas Nações Unidas. Disponível em: <http://www.un.org/depts/dhl/spanish/deplibs/stlib13s.htm>. Acesso em: 17 dez. 2002.
- _____. *Panorama General de los Centros de Información de las Naciones Unidas*: Centros de Información, servicios y oficinas de las Naciones Unidas: mandato y funciones. In: Centros de Información de las Naciones Unidas de todo el Mundo. Desenvolvido pelas Nações Unidas. Disponível em: <http://www.un.org/aroundworld/unics/spanish/panorama.htm>. Acesso em: 06 dez. 2002.
- _____. *Principios Relativos a las Bibliotecas Depositarias de las Naciones Unidas*. In: Biblioteca de las Naciones Unidas Dag Hammarskjöld. Desenvolvido pelas Nações Unidas. Disponível em: <http://www.un.org/depts/dhl/spanish/deplibs/i189a11s.htm>. Acesso em: 17 dez. 2002.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório de Desenvolvimento Humano*: 2002: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado. Lisboa: Mensagem, 2002. 266 p.
- QUÉAU, Philippe. Cibercultura e Infoética. In: MORAN, Edgar. *A Religião dos Saberes*: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001. cap. 3. p. 460-480.
- _____. A Revolução da Informação: em busca do bem comum. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 198-205, maio/ago. 1998.
- ROCHA, Marisa Perrone Campos. A Questão Cidadania na Sociedade da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 2000.
- ROSNAY, Joël de. Conceitos e Operadores Transversais. In: MORAN, Edgar. *A Religião dos Saberes*: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001. cap. 1. p. 493-499.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização*: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Exclusão Digital: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 11-43.

VELÁSQUEZ, Gabriel Jaime Arango. Valor y Función de la Información en los Procesos Comunitarios y Ciudadanos de Construcción de Identidades Culturales. *Revista Interamericana da*

Biblioteca de Medellín, Colômbia, v. 24, n. 2, p. 83-99, jul./dic. 2001.

VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania: sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.